

“A América Latina urbanizou a sua pobreza”

Para Pascual Gerstenfeld, especialista da Cepal, melhora nos níveis de pobreza na região é positiva, mas ainda insuficiente

por Livia Ferrari
do Rio

O percentual de famílias em situação de pobreza na América Latina caiu de 41%, em 1990, para 39% em 1994. Essa melhoria relativa não chega, contudo, a ser comemorada, já que, em termos absolutos, aumentou a população carente na região. O número total de pobres no continente latino-americano atingiu 210 milhões de pessoas em 1994, superando os 197 milhões registrados em 1990. Esse crescimento é explicado pelo próprio aumento demográfico.

Apesar da queda percentual no nível de pobreza, a situação em 1994 era pior que a observada em 1980, ano no qual o indicador de pobreza da América Latina atingia 35%. Os dados são da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal), contidos no amplo estudo, concluído recentemente, sobre o Panorama Social de 1996.

Entre as principais causas apontadas para a melhoria nos percentuais de pobreza no continente, estão a reativação do crescimento econômico em muitos dos países latino-americanos no primeiro quinquênio dos anos 90. O principal especialista em análises quantitativas da Cepal, o economista e estatístico uruguaio Pascual Gerstenfeld, observa que a diminuição de dois pontos percentuais no nível de pobreza da região, entre 1980 e 1994, deveu-se, sobretudo, às zonas urbanas. A pobreza nas cidades caiu de 36% para 34%, enquanto a pobreza rural declinou apenas um ponto, e a partir de níveis muito altos, de 56% para 55%.

Gerstenfeld, um dos responsáveis pelos levantamentos do Panorama Social da América Latina, esteve no Brasil na semana passada, cumprindo programação de palestras no âmbito do convênio entre a Cepal e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon). Entre um compromisso e outro, o especialista da Cepal concedeu entrevista exclusiva à Gazeta Mercantil.

Gazeta Mercantil – O que, de fato, representa a pequena melhoria percentual observada nos indicadores de pobreza da América Latina?

Pascual Gerstenfeld – Poderíamos sintetizar o panorama geral da pobreza na América Latina da seguinte forma: entre 1990 e 1994, observa-se uma melhoria nos indicadores de pobreza, que cai de 41% para 39%. Isso equivale a mais de 200 milhões de latino-americanos vivendo abaixo da linha de pobreza (que têm renda familiar per capita insuficiente para satisfazer suas necessidades básicas). Esse resultado é positivo, mas totalmente insuficiente se comparado com 1980, habitualmente utilizado como referência por ser um ano que antecede crises econômicas em vários países da América Latina, como a crise da dívida e a crise da hiperinflação no Brasil. Os 39% de pobres observados em 1994 é quatro pontos percentuais superior aos 35% que havia em 1980. Nas áreas urbanas, a situação se deteriorou mais fortemente, porque os 34% que se observa em 1994 é muito superior aos 25% que havia em 1980. E na área rural, só subiu de 54%, em 1980, para 55% em 1994.

GZM – Por que essa grande diferença entre a zona rural e a zona urbana?

Gerstenfeld – Há duas explicações para isso: a primeira é que, na década de 80, observa-se um processo de urbanização da pobreza, resultante da corrente migratória para as cidades. Então, a pobreza no setor rural passa a exercer menor pressão, enquanto aumenta a pressão no setor urbano. A segunda explicação é, obviamente, a crise econômica, que se manifestou fortemente na estrutura produtiva urbana. A pobreza nas áreas urbanas, durante os anos 80, se multiplicou mais rapidamente do que na área rural. Então, podemos dizer que de 1980 a 1994 houve um processo de urbanização da pobreza na América Latina. Mais da metade

dos pobres já vivem em áreas urbanas, produto do forte processo de urbanização que vive a região.

GZM – A redução no nível percentual de pobreza é suficiente para impulsionar mudanças efetivas no perfil social da região?

Gerstenfeld – Dois pontos percentuais é uma melhora considerável, ainda mais tendo em vista que a deterioração entre 1980 e 1990 foi de seis pontos percentuais. Se a pobreza entre 1980 e 1990 aumentou em seis pontos e se, entre 1990 e 1994, baixou dois pontos, é o mesmo que dizer que, em apenas quatro anos, a situação melhorou a terça parte do que havia piorado 10 anos antes.

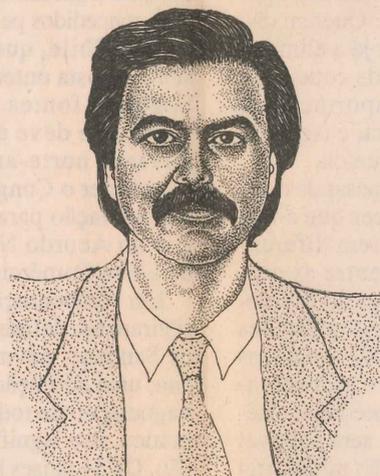
GZM – Essa melhoria parece muito frágil e vulnerável...

Gerstenfeld – Na América Latina, a vulnerabilidade sócio-econômica continua sendo muito forte. Cerca de 15% das famílias que vivem ao redor da linha de pobreza na região são muito vulneráveis a problemas individuais ou generalizados. Um considerável aumento do desemprego, por exemplo, coloca essas famílias rapidamente na pobreza. Melhorias nos níveis de pobreza têm várias razões. Uma, crescimento econômico, que gera empregos. As famílias que começam a sair da pobreza porque arranjam emprego e aumentam renda trabalhando em mais de um lugar – ou incorporando a mulher e os jovens no mercado de trabalho. Outro fator, de curto e médio prazo, e de grande importância, é a forte e rápida redução da inflação, como houve no Brasil. A re-

dução da inflação é elemento-chave para o aumento do poder aquisitivo.

GZM – Quer dizer que o governo brasileiro está agindo corretamente?

Gerstenfeld – Sempre que um país reduz a inflação em período mais ou menos curto, há efeitos imediatos e positivos sobre a redução da pobreza. Mas, para deixar uma mensagem clara, é importante dizer que a queda da inflação ajuda a reduzir a pobreza. Ou seja, inflação baixa é condição necessária para a redução da pobreza, mas não é condição suficiente.



Pascual Gerstenfeld

GZM – Capacitação em recursos humanos é também condição básica para a saída da pobreza?

Gerstenfeld – Primeiro, deve existir uma política de crescimento econômico que gere emprego e também uma política de qualificação de recursos humanos, capaz de garantir o acesso desse pessoal ao posto de trabalho. Se não houver investimentos em capital humano para ter educação e saúde adequadas, as pessoas não poderão aproveitar as oportunidades. Não se pode dissociar, para reduzir a pobreza, crescimento econômico de melhora em bem-estar social.

GZM – O que se pode esperar da América Latina em termos de política social e de geração de empregos com objetivo de reduzir a pobreza?

Gerstenfeld – Na América Latina urbana, de cada dez famílias pobres, sete são pobres por baixos salários. Elas têm emprego, mas pouca remuneração. De cada dez famílias pobres, duas estão na pobreza por cau-

sa do desemprego. E apenas uma é pobre porque sofre pela pressão demográfica forte (muitos filhos). A política econômica de um país tem que levar em conta os aspectos sociais e vice-versa. Transformações produtivas requerem níveis de equidade e de bem-estar social. As políticas de estabilização econômica dão base para as políticas sociais e de inversões em capital humano.

GZM – A América Latina passou por várias tentativas de ajustes macroeconômicos e ajustes fiscais por meio de corte em investimentos sociais...

Gerstenfeld – Mas, favoravelmente, observa-se nos anos 90 uma tendência muito positiva em gastos sociais (educação, saúde, moradia). Onze dos 15 países latino-americanos analisados pela pesquisa da Cepal tiveram aumentos significativos nos gastos sociais. O Brasil, contudo, não está entre os que tiveram crescimentos sistemáticos.

GZM – Qual foi o impacto desse aumento dos gastos sociais sobre a geração de emprego na região?

Gerstenfeld – O que mais tem crescido são os empregos de baixa produtividade, os empregos no setor informal. Ou seja, de cada 10 empregos gerados nos anos 90, sete foram de baixa produtividade. No Brasil, Colômbia, México, Argentina e Venezuela, os setores de baixa produtividade empregavam, em 1990, 38% do total da força de trabalho. Esse percentual passou para 44% em 1994. Tem que ser desenvolvida uma política de pleno emprego com um mínimo de produtividade.

GZM – Qual a relação na América Latina entre pobreza e concentração de renda?

Gerstenfeld – Pobreza e distribuição de renda estão vinculados, mas não necessariamente terão o mesmo resultado. É possível baixar a pobreza e aumentar a concentração da renda, como num aparente paradoxo. Só um

país na região, o Uruguai, logrou reduzir pobreza e, simultaneamente, aumentar a equidade social. Em 1979, a relação entre os 10% mais ricos na América Latina e os 40% mais pobres era de 13 vezes. O rendimento médio dos 10% mais ricos era 13 vezes o rendimento médio dos 40% mais pobres. Em 1993, é de 14,5 vezes. Países como o Chile reduziram fortemente a pobreza entre 1987 e 1994, mas não melhoraram a distribuição da renda.

GZM – Qual o futuro da América Latina, em particular o do Brasil, diante das baixas taxas de escolaridade?

Gerstenfeld – O desafio é muito grande. O Brasil parte de uma estrutura de educação muito insuficiente. Se requer, em algumas áreas urbanas de países da América Latina, entre 10 e 12 anos de educação para se alcançar baixa probabilidade de pobreza.

GZM – Qual foi o aumento dos gastos sociais na América Latina?

Gerstenfeld – O gasto social real per capita cresceu entre 90/95 mais de 27%. Passou de US\$ 190 para US\$ 242, para o conjunto dos 15 países da região. O Brasil teve comportamento estável, em US\$ 224, embora as estatísticas da Cepal só cubram os gastos sociais efetuados pelo governo federal. Na Argentina, passaram de US\$ 549 para US\$ 704 per capita. Os investimentos sociais na região foram fortes durante a década de 60 e parte dos anos 70. Caíram violentamente nos anos 80 e recuperaram posição nos

“O gasto social real per capita cresceu mais de 27% entre 90 e 95, nos 15 países da região”

anos 90, impulsionados pela consolidação da democracia na região. O processo de privatização de empresas libera recursos e gera recursos novos. Mas os gastos sociais efetuados na América Latina não foram necessariamente financiados com recursos de privatização. A Bolívia, por exemplo, está tratando de vincular diretamente privatização com investimentos em áreas sociais. É uma idéia criativa e que depende de decisão política.